

Nº 117 - Brasília, 26 de novembro de 2003

## Gestão integrada garantirá mais segurança

Mais um importante passo foi dado pelo Governo Federal para combater o crime organizado no Brasil. Foi instalado, no último dia 18, o Gabinete de Gestão Integrada da Segurança Pública para a região Sudeste (GGI-Sudeste). O Gabinete dará suporte aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo na investigação e no combate ao crime organizado, agrupando os trabalhos de inteligência, operações e informação. A coordenação do GGI-Sudeste será da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), com representantes dos quatro estados, da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal.

Para o Governo Federal, a experiência da gestão integrada na área da segurança pública será um passo decisivo para a construção de um Brasil seguro. O GGI-Sudeste é produto direto do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), que vem sendo implantado pelo governo Lula desde o início do ano com o objetivo de integrar as polícias federais e estaduais em ações de investigação e combate ao crime organizado, seguindo o Plano Nacional de Segurança Pública.

A região Sudeste foi beneficiada com a liberação de R\$ 67,3 milhões, de um total de R\$ 105,4 milhões repassados até agora pelo Governo para investimentos em segurança pública nos quatro estados.

Desde o início de janeiro, o Governo Federal vem colocando em curso uma nova política para a segurança pública no país. Até o ano passado, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) funcionava como uma simples tesouraria do Fundo Nacional de Segurança Pública, na distribuição de recursos de modo fragmentado e disperso, destinado a projetos isolados.

Neste ano, a Senasp teve suas atribuições redefinidas e passou a ser a responsável pela criação e implantação do SUSP, que tem como principal diretriz o redesenho do aparelho policial brasileiro. Para isso, a Senasp transformou o fundo em instrumento indutor da política nacional de segurança. Em lugar de projetos isolados, decidiu privilegiar aqueles que contenham planejamento, metas, avaliação e monitoramento. A secretaria mantém seu papel de responsável pela formulação, articulação e indução de uma política norteada pelo Plano Nacional de Segurança Pública.

O Sistema Único de Segurança Pública conquistou, em dez meses de governo, a adesão de 25 estados mais o Distrito Federal. Resta ainda Pernambuco, que deverá formalizar sua adesão até o final do ano. Em 2003, foram assinados convênios da ordem de R\$ 174 milhões em recursos do fundo com estados e municípios. Os estados que já celebraram convênios são: Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Entre os municípios estão São Paulo, Diadema e Piracicaba, no estado de São Paulo; e as cidades de Resende e Paracambi, no Rio de Janeiro.

Para promover a mudança instituída pelo SUSP na relação entre as polícias, além do GGI Sudeste, estão em operação Gabinetes de Gestão Integrada nos estados de Mato Grosso, Paraíba, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. Em Pernambuco, a integração de práticas de segurança pública está se dando por meio do Consórcio Metropolitano de Segurança Urbana e Prevenção à Violência da Região Metropolitana de Recife, que reúne 14 municípios. O projeto vai receber R\$ 5 milhões do Governo Federal e tem como objetivo desenvolver e implantar novas práticas de planejamento e gestão integrada para a prevenção da violência, entre os três níveis de governo, seus órgãos setoriais e com a sociedade civil, além de deflagrar e gerenciar um processo sustentado de redução dos índices de violência e criminalidade na região.

## Conheça mais sobre os principais objetivos do SUSP

**1. Gestão unificada da informação** - Com uma central de recebimento de todas as demandas da área de segurança, o objetivo será reduzir a criminalidade por meio de coleta de informações e prevenção do crime.

**2. Gestão do sistema de segurança** - Forma de organização unificada para definir áreas integradas de segurança nos espaços físicos das cidades. Em vez de ter várias delegacias espalhadas pelos estados, a solução, de acordo com o Plano, é ter áreas geográficas definidas com estruturas que abriguem perícia, polícias civil e militar.

**3. Formação e aperfeiçoamento de policiais** - Treinamento de policiais civis e militares por meio de academias integradas. O objetivo é valorizar o profissional e promover maior conscientização no exercício da cidadania. A Secretaria Nacional de Segurança Pública tem um setor de formação e aperfeiçoamento que já está trabalhando nos currículos das academias para definir o conteúdo dos cursos de formação.

**4. Valorização das perícias** - Priorizar a valorização das perícias nos estados para uma melhor investigação dos vestígios dos crimes.

**5. Prevenção da violência e da criminalidade** - Realizar ações concretas para prevenir e reduzir a violência nos estados. A Polícia Comunitária será utilizada nesse trabalho de prevenção.

**6. Ouvidorias independentes e corregedorias unificadas** - O objetivo é realizar o controle externo sobre a ação da segurança pública nos estados. A ouvidoria tem o compromisso de ouvir as reclamações da população e identificar abusos. A corregedoria atua na fiscalização dos atos dos policiais civis militares.

### Ceará vai receber R\$ 10,3 milhões para segurança

Fonte: Diário **do** Nordeste - 12/12/03

Foto: arquivo DN



Dr. WILSON NASCIMENTO, Secretário da Segurança Pública, ressaltou a importância de qualificar o profissional de Polícia e melhorar as relações com a população

“A experiência pioneira **do** Ceará de integração das corporações policiais e Bombeiros, por exemplo, é certamente um bom caminho a ser seguido”

O Estado do Ceará vai receber R\$ 10,327 milhões para investir no combate à violência. É o que garante um convênio assinado ontem entre a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) e a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), durante a abertura do II Simpósio sobre Policiamento Comunitário e Integração Operacional, realizado no auditório do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Os recursos - R\$ 9,216 milhões do Governo Federal, provenientes do Fundo Nacional de Segurança Pública, e R\$ 1,111 milhão do Governo do Estado - serão utilizados na repressão da criminalidade, aquisição de novas viaturas, armamento e munições, no combate à 'lavagem' de dinheiro, à exploração sexual infanto-juvenil, aos crimes contra a vida e ao tráfico de drogas.

Além disso, parte da verba disponibilizada será revertida numa reorganização institucional da Polícia Militar, com foco em programas de policiamento comunitário e na modernização da rede de comunicação existente no Interior do Estado.

O titular da SSPDS, Wilson Nascimento, ressaltou ainda a previsão de investimentos em projetos de prevenção à violência, de democratização das relações entre polícias e sociedade e de qualificação profissional. "Tentaremos melhorar os serviços prestados à nossa comunidade, atuando em diversas frentes. O lado material é muito importante, mas precisamos trabalhar também o lado humano da questão", justificou.

TEMAS - A programação do II Simpósio sobre Policiamento Comunitário e Integração Operacional, que prossegue durante todo o dia de hoje no Sebrae, inclui discussões sobre "A Excelência do Policiamento Comunitário", "Segurança Pública e Universidade" e "Ações Integradas na Área de Segurança Pública".

O evento, voltado para integrantes das polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros, assim como representantes de secretarias de Segurança de outros

Estados, tem como principais objetivos promover uma avaliação **do** quadro da segurança pública no Brasil e propor novas estratégias de ação contra o crime.

**“A experiência pioneira **do** Ceará de integração das corporações policiais e Bombeiros, por exemplo, é certamente um bom caminho a ser seguido”**, defendeu o titular da Senasp, Luís Fernando Corrêa.

CONVÊNIOS - Os Estados **do** Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso **do Sul**, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, **Rio** de Janeiro, **Rio Grande do** Norte, **Rio Grande do Sul**, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe também já firmaram convênios com a Secretaria Nacional de Segurança Pública. Os repasses, previstos nas diretrizes **do** Sistema Único de Segurança Pública (Susp), **do** Ministério da Justiça, já ultrapassaram a cifra dos R\$ 190 milhões.

Fonte: [Diário \*\*do\*\* Nordeste - 12/12/03](#)



---

Leia também

### **CAPACITAÇÃO E EQUIPAMENTOS**

#### **SSPDS recebe verba de R\$ 10 milhões**

Fonte: O POVO - 12/12/03

Um convênio assinado entre as secretarias estadual e nacional da Segurança Pública vai tornar disponíveis mais de R\$ 10 milhões para serem aplicados na capacitação de policiais, compra de material como viaturas e armamentos e realização de projetos de policiamento comunitário e integração operacional, capacitação de policiais, aquisição de viaturas, armamento e outros materiais, adequação da tecnologia utilizada nos equipamentos de segurança pública e efetivação de projetos. É com isso que deve ser gasta uma verba de R\$ 10,327

milhões, que a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) deve receber, após assinatura ontem de um convênio com a Secretaria Nacional da Segurança Pública (Senasp), **do** Ministério da Justiça (MJ). Desse valor, R\$ 9,2 milhões são verbas federais, com a contrapartida de R\$ 1,1 milhão **do** governo cearense.

De acordo com a SSPDS, o dinheiro será utilizado na compra de viaturas, coletes, armamentos, munição, na modernização da tecnologia dos helicópteros **do** Centro Integrado de Operações Aéreas (Ciopaer), na realização de projetos de diagnóstico da segurança pública e na área de prevenção ao uso de drogas, e na capacitação de policiais civis e militares. "Primeiro temos de preparar o homem, da abordagem junto à população ao combate direto ao crime. Capacitação é fundamental", destaca o titular da SSPDS, Wilson Nascimento.

Para o secretário estadual, os recursos são necessários, mas ele afirma que "o Ceará não está na pauta negativa nacional". Segundo Nascimento, com a capacitação **do** pessoal e o material a ser adquirido, a polícia se tornará mais visível. Ele destaca o "aspecto não apenas financeiro **do** convênio", mas a qualificação da polícia, resultante **do** programa.

O secretário nacional da Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa, que veio ao Ceará para assinatura, diz que os convênios firmadas entre os vários Estados proporcionam "soma de capacidades, reproduções de experiências". Segundo ele, a **gestão integrada** entre diferentes polícias, mesmo entre Estados, é um modelo a ser seguido. "Com a ação de forma **integrada**, tem-se um diagnóstico mais amplo e, com base nele, definem-se as ações". Corrêa dá como exemplo a ação conjunta entre polícias dos Estados **do** Sudeste. "O Nordeste não é igual ao Sudeste, mas é necessário um modelo para integrar as polícias dos Estados, para combater, por exemplo, o crime organizado que age de um Estado para o outro, sem deixar as forças serem paradas nas divisas".

O convênio assinado entre os governos federal e **do** Ceará é baseado nas diretrizes **do** Sistema Único de Segurança Pública (Susp), que também deu origem a outros convênios assinados entre o MJ e os Estados brasileiros - com exceção de Acre, Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraná, Rondônia, Roraima, Tocantins e o Distrito Federal - e os municípios de Diadema, Piracicaba e São Paulo, em São Paulo, Paracambi e Resende, no **Rio** de Janeiro, e outros 14 municípios pernambucanos. Em 2003, os convênios tornaram disponíveis R\$ 190,1 milhões em recursos.

#### Convênio

Como será a repartição da verba

#### Recursos federais

- R\$ 4 milhões: Repressão qualificada e aplicações como compra de viaturas, armamento, munições, além de atividades de inteligência como combate a lavagem de dinheiro, exploração sexual infantil, homicídios, tráfico de armas e drogas

- R\$ 2,8 milhões: Reorganização institucional, como foco em programas como policiamento comunitário e modernização da rede de comunicação **do** Interior **do** Estado

- R\$ 1,516 milhão: Reaparelhamento das polícias

- R\$ 900 mil: Projetos de prevenção e democratização da relação da Segurança Pública com a sociedade

Subtotal: R\$ 9,216 milhões

#### Recursos

estaduais(\*)

Subtotal: R\$ 1,111 milhão

Total final: R\$ 10,327 milhões

(\*) Não foi definido como será gasta a verba da contrapartida estadual

Fonte: Senasp

Fonte: [O POVO - 12/12/03](#)

Contribua com o *Em Questão*. O Boletim continua em fase experimental. Escreva para [emquestao@planalto.gov.br](mailto:emquestao@planalto.gov.br).

## Combate à violência no rumo certo

*"A nossa idéia é unificar padrões, serviço de inteligência e mecanismos de combate à violência nos estados. Com isso, estaremos dando um passo extraordinário para aumentar a confiança de que vamos enfrentar com galhardia e destemor a questão da violência no nosso País." (Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de repasse de recursos para a segurança no Espírito Santo)*

O Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), que o Governo implantará em todo o Brasil, vai tornar mais competente e ágil o trabalho de combate ao crime. As polícias federais, estaduais e municipais trabalharão integradas no combate ao crime organizado. Assim, pela primeira vez, uma bem definida política de Governo foi elaborada para lidar com a segurança pública no País e possibilitar que cada nível de governo cumpra sua função e suas responsabilidades com mais eficiência.

Em seu discurso no Espírito Santo, o Presidente Lula observou que o crime organizado tem o seu braço na política, na polícia, no Poder Judiciário, entre empresários e até um braço internacional. O Presidente reafirmou que o Governo não se curvará à violência e fará o que for necessário para que as pessoas possam andar nas ruas com mais segurança. "A cada gesto de violência contra homens e mulheres de bem neste País, ao invés de a gente ficar assustado e com medo, nós temos que levantar a cabeça e dizer, cada vez mais alto: custe o que custar, façamos o sacrifício que tivermos que fazer, mas vamos derrotar o crime organizado neste estado e neste País", disse o Presidente Lula.

**Não** **deixe** **de** **ler:**  
[Discurso do Presidente Lula, no Espírito Santo, sobre o combate à violência](#)

## Saiba mais

### 1. O que é o Sistema Único de Segurança Pública?

É um sistema criado para articular as ações federais, estaduais e municipais na área da segurança pública e da Justiça Criminal, hoje totalmente dispersas. Essa articulação não vai ferir a autonomia dos estados ou da Polícia Civil ou Militar. Não se trata de unificação, mas de integração prática. O sistema é único, mas as instituições que farão parte dele são diversas e autônomas, cada uma cumprindo suas responsabilidades. Servem de modelo para o SUSP as experiências de missões especiais e forças-tarefa, em que órgãos diferentes trabalham integrados, com pessoal qualificado e objetivos, metas e metodologia bem definidos. O novo estilo de conduzir a segurança pretende evitar que as ações sejam pautadas apenas por tragédias, sem planejamento nem tempo para pensar em medidas estratégicas. O objetivo do SUSP é prevenir, criar meios para que seja possível analisar a realidade de cada episódio, planejar

estratégias, identificar quais os métodos e mecanismos que serão usados. Sistemas de avaliação e monitoramento das ações também serão introduzidos para garantir transparência e controle externo das ações de segurança.

## **2. Como os estados vão participar?**

O governador do estado assina um protocolo de intenções com o Ministério da Justiça. Então, é criado no estado um Comitê de Gestão Integrada, do qual fazem parte o secretário estadual de Segurança Pública, como coordenador, e mais representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil e guardas municipais. A intenção é contar também com a cooperação ativa do Ministério Público e do Poder Judiciário. Caberá a esse comitê definir de forma consensual as ações, principalmente no combate ao crime organizado (tráfico de drogas e de armas, contrabando, lavagem de dinheiro, pirataria). Todas as decisões do comitê estadual serão repassadas a um comitê gestor nacional. Com isso, experiências bem sucedidas em um lugar poderão ser implantadas em outro. O comitê, também, definirá as prioridades para investimentos federais na área de segurança pública no estado. O SUSP já está funcionando no Rio Grande do Sul e no Espírito Santo.

## **3. Como vai se dar a integração entre as polícias?**

Policiais civis e militares vão freqüentar a mesma academia e terão acesso à formação prática e teórica idêntica. O Governo vai, ainda, estimular a criação de unidades policiais integradas, reunindo, em um mesmo local, forças das polícias civil e militar. Isso vai mudar a cara da segurança pública no Brasil, que, pela primeira vez, contará com projetos amplos de longo prazo para evitar futuras crises de violência.

## **4. A ação do Governo está limitada à elaboração do SUSP?**

Não. O Governo Federal já tomou várias medidas na área de segurança pública. O número de policiais federais vai aumentar de 7 mil para 11.500 agentes, delegados e peritos. E serão contratados 500 agentes penitenciários federais. Também foi anunciada a construção de cinco presídios federais de segurança máxima, sendo que um será concluído até o final do ano. Um exemplo da agilidade do Governo foi no recente episódio de transferência do traficante Fernando Beira Mar para presídios que ficam fora da área em que atuava.

## **5. Mudou a forma de o Governo Federal lidar com a segurança pública?**

Até o final do ano passado, a Secretaria Nacional de Segurança Pública funcionava como uma simples tesouraria do Fundo Nacional de Segurança Pública. Os critérios para a liberação de recursos não eram definidos claramente, por falta de uma política efetiva para a área. Agora, o Governo Federal tem objetivos que orientam a aplicação desses recursos em projetos que realmente melhorem a vida do cidadão. Esses objetivos constituem os principais pontos do SUSP.

### **Os seis eixos do SUSP**

- *Gestão unificada da informação:* Uma central vai receber todas as demandas na área de segurança pública. A coleta de informações deverá auxiliar na redução da violência e na prevenção ao crime.
- *Gestão do sistema de segurança:* Delegacias com perícia, polícia civil e polícia militar deverão ser implantadas para cuidar de determinadas áreas geográficas das cidades.
- *Formação e aperfeiçoamento de policiais:* Os policiais civis e militares serão treinados em academias integradas. A Secretaria Nacional de Segurança Pública tem um setor de formação e aperfeiçoamento que já está trabalhando nos currículos das academias para definir o conteúdo desses cursos de formação, que levarão em conta sempre a valorização do profissional.
- *Valorização das perícias:* Essa fase da investigação dos crimes receberá atenção especial.
- *Prevenção:* Ações concretas para a prevenção e redução da violência nos estados serão prioritárias. A Polícia Comunitária terá papel fundamental nesse processo.

- *Ouvidorias independentes e corregedorias unificadas:* Serão criados órgãos para receber as reclamações da população e identificar possíveis abusos da ação policial. A corregedoria vai fiscalizar os atos dos policiais civis e militares. O objetivo é realizar o controle externo sobre a ação da segurança pública nos estados.

## **Ações dos governos, Estados e empresas para coibir a criminalidade e a violência**

**Os desafios impostos pela violência e criminalidade são inumeráveis. Governo, Estados e empresas devem se unir em prol da segurança**

**Por**

**Adriana**

**Oliveira**

Criada em 1995, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) teve sua atuação impulsionada a partir de junho de 2000, quando lançou o Plano Nacional de Segurança Pública e implementou o Fundo Nacional de Segurança Pública, como instrumento de efetivação das ações previstas no Plano. Entre as incumbências da Secretaria estão a administração dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, a estruturação e implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), instituído para operar a nova política nacional de segurança e traçar as linhas mestras de ação da polícia.

Mas nem sempre foi assim, pois até o final de 2001 a Secretaria funcionava em outros moldes. Era como uma simples tesouraria do Fundo Nacional de Segurança Pública, com a distribuição de recursos de modo fragmentado e disperso. O ano de 2002 mostrou que o governo federal aplicou a maior parte do Fundo em “viaturas e armamentos”, sem amparar-se em uma política que desse sentido e tornasse eficiente a utilização desses equipamentos, entre outros fatos.

No governo atual, as atribuições da Senasp foram redefinidas e ela passou a ser responsável pela criação e a implantação da Política Nacional de Segurança Pública cuja principal diretriz é o redesenho do aparelho policial brasileiro. Com isso, o Fundo Nacional de Segurança Pública tornou-se instrumento indutor da Política Nacional de Segurança e passou a privilegiar planos que contenham planejamento, metas, avaliação e monitoramento.

Neste cenário de mudanças, o governo federal assumiu, de forma explícita, parte da responsabilidade na gestão do Sistema Brasileiro de Segurança Pública. A partir dessa iniciativa, a atuação da Secretaria Nacional de Segurança Pública ganhou não só amplitude, como possibilitou aos Estados e municípios investimentos, por meio de transferência de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Este Fundo, criado em 14 de fevereiro de 2001, se destinava a proporcionar um salto na qualidade das relações entre a União, os Estados e os municípios na prevenção e controle da criminalidade, além de ampliar o potencial de impacto e modernização gerados pelos investimentos federais na área e caminhar, a partir dos princípios e objetivos gerais comuns, em um rumo definido e consequente.

Elaborado segundo valores universais da cidadania, referendados pelo Brasil por meio da ratificação dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos e pela própria legalidade interna, como prevê a Constituição Federal de 1988, além do envolvimento de especialistas e gestores da segurança pública de todo o País, o Plano Nacional de Segurança Pública deu início aos Planos Estaduais de Segurança Pública, que seguem as suas diretrizes.

A adesão de todos os Estados ao sistema foi rápida, cerca de dez meses e com ela passaram a gestores diretos dos órgãos de segurança pública sob suas responsabilidades.

O Secretário Nacional de Segurança Pública, quando do lançamento do SUSP, disse no documento que apresentava os planos estaduais de segurança pública: "se há um consenso no debate sobre a violência urbana e a criminalidade em nosso país, este se traduz na evidência de que somente com a soma, a integração de esforços, a divisão de tarefas e responsabilidades será possível superar os graves problemas que os desafiam".

**OBJETIVOS** - Os Planos Estaduais de Segurança Pública têm objetivos estratégicos comuns a todos os Estados e prevêm a redução da criminalidade e da insegurança pública, em especial os crimes contra a vida; controle do crime organizado; diminuição da corrupção e a violência policial. Além disso, visam promover a expansão do respeito às leis e aos direitos humanos; bloquear a dinâmica do recrutamento, pelo tráfico de crianças e adolescentes; eliminar o poder armado de criminosos que impõem sua tirania territorial a comunidades vulneráveis e a expande sobre crescentes extensões de áreas públicas; valorizar as polícias e os policiais, com reformas e requalificação, recuperando a confiança popular e reduzindo o risco de vida a que estão submetidos; ampliar a eficiência da organização policial; aplicar com rigor e equilíbrio as leis no sistema penitenciário, respeitando os direitos dos apenados, eliminando suas relações com o crime organizado; e contribuir para a democratização do Sistema de Justiça Criminal.

O Plano Nacional de Segurança Pública pauta-se na construção do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), nome dado pelo governo Lula à criação de práticas regulares de gestão integrada e de compartilhamento de informações, seja entre as várias instituições em cada esfera da federação ou por meio da interação destas últimas entre si. Sua implementação já era discutida no governo anterior, segundo André Dahmer, delegado da Divisão de Tecnologia da Informação do departamento de Inteligência da Polícia Civil do Estado de São Paulo. "O SUSP, como o próprio nome diz, além de ressaltar a importância da subordinação das polícias civil e militar a um mesmo secretário de segurança, fato freqüente em São Paulo há muito tempo, mas que em vários Estados não ocorre, centra-se nas polícias estaduais, as quais vão estabelecer parcerias, uma interface com a polícia federal e com as guardas municipais. Essa integração progressiva constitui uma modalidade de reestruturação gradualista das organizações policiais estaduais. Em outras palavras, eles preconizam mudanças na polícia estadual e a necessidade de uma interação entre as polícias estaduais, federais e as guardas municipais, esse é um caminho para mudanças", enfatiza André Dahmer. Segundo o delegado, esse enfoque prevê várias medidas, entre elas a constituição de um conselho consultivo de segurança pública junto à Secretaria de Segurança Pública, composto por policiais, chefes de polícias e também por representantes da polícia civil organizada; unificação das academias; integração territorial; criação de órgão integrado de informação; inteligência policial; corregedoria única; programa integrado de saúde mental; proteção à integridade física do policial (isto é, todo policial que trabalha na rua deve ter um colete à prova de balas); obediência aos princípios que proíbem a participação dos policiais nas empresas de segurança privada, em cargos de confiança ou de direção no sistema integrado de segurança pública, por policiais que participaram de tortura ou colaboraram com a sua prática; grupo unificado de mediação de conflitos e ouvidoria de polícia autônoma e independente.

“Estes itens fazem parte do documento que define o SUSP. Hoje fala-se em centrais integradas, mas o assunto não é nenhuma novidade porque quando foi lançado o Plano Nacional de Segurança Pública pelo governo anterior, em 20 de junho de 2000, isso era preconizado. O SUSP na verdade é uma nova roupagem, um nome diferente para algo defendido há bastante tempo que é integrar as polícias estaduais, civil e militar com a federal, rodoviária e com as guardas municipais, trabalhando da mesma forma, cada uma na sua área e de forma harmônica, o que nem sempre acontece”, explica Dahmer.

O cientista político Paulo de Mesquita Neto, secretário-executivo do Instituto São Paulo contra a Violência, ONG criada principalmente por entidades empresariais do setor privado para promover e ajudar o desenvolvimento de políticas na área de prevenção e controle do crime e violência na capital paulista, e pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, concorda que o projeto da integração é antiga. “Desde que se fala em democracia existe a idéia da união das polícias, pois se assinalava a importância destas duas (civil e militar) trabalharem juntas para uma política mais eficaz de controle da criminalidade e a divisão das mesmas sempre foi um problema”, diz Paulo. A intenção de uma articulação das polícias estaduais com a federal é recente e mais nova, segundo ele, é a integração das guardas municipais neste processo.

Na opinião de Dahmer, o SUSP, mais que uma política do governo federal, hoje é uma tendência de todas as polícias, pois elas e os governos estaduais sabem que sozinhos não fazem frente ao crime. Ele acredita na implantação do SUSP como um processo. “Não é uma sala que se monta, um computador que se compra, é uma nova forma de trabalhar e pensar, dando continuidade a algo já existente. Não se pode a cada quatro anos mudar totalmente a linha de ação”, ressalta. Mas mudanças não decorrem por acaso, precisam não raramente de incentivos financeiros. Os Estados, para receberem recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública devem assinar um compromisso sinalizando a concordância com as medidas previstas no SUSP. Segundo André Dahmer, para São Paulo foi tarefa fácil assinar este compromisso porque grande parte do que está previsto nele coexistia e a cidade talvez tenha sido a primeira ou uma das primeiras a instituir o Sistema Único de Segurança Pública, mesmo antes de ser uma política do governo federal, quer do atual ou do anterior. “O Estado estava na vanguarda de todas essas posições”, considera. A verba prevista no orçamento destinada aos Estados era de R\$ 404 milhões, segundo o delegado da Divisão da Tecnologia da Informação. “De todo esse montante, eu não sei quanto foi liberado e quais os critérios utilizados. É uma mudança muito grande porque tínhamos critérios na distribuição de recursos e hoje se os mesmos existem não foram divulgados”, critica. “São Paulo recebeu no ano passado R\$ 10 milhões referentes a um convênio firmado em 2002. Demorou nove meses para receber este recurso e o convênio acordado em 2003, no valor de R\$ 30 milhões, até hoje não chegou”, assinala.

Segundo Dahmer, o Estado detém 25% da criminalidade do Brasil, 25% do número de policiais e praticamente 25% da população. Dos R\$ 404 milhões, possivelmente irá receber de R\$ 50 a 60 milhões, enquanto o correto seriam R\$ 100 milhões. “São Paulo sempre conseguiu menos do que deveria, mas nunca tão pouco.”

A assessoria de imprensa da Senasp divulgou o repasse de recursos da ordem de R\$ 306 milhões para projetos em segurança pública, sendo cerca de R\$ 286 milhões para convênios com Estados e municípios e aproximadamente R\$ 19 milhões em aplicações diretas.

FORÇA-TAREFA, OPERAÇÕES CONJUNTAS E GABINETES DE GESTÃO INTEGRADA - Idéias para combater a violência existem e não são poucas. Recentemente, o governo do Estado de São Paulo cogitou a implementação de uma força-tarefa para combater o crime organizado. O objetivo não saiu do papel, mas é verdade que muitas forças-tarefas já existiram com objetivos distintos. E o que é uma força-tarefa? Para Paulo de Mesquita, é preciso separar SUSP e força-tarefa. "A força-tarefa é algo conjuntural, para lidar com problemas específicos em um determinado momento. São criadas, trabalham muito ou pouco, desaparecem, etc. e paralelamente a isso, sempre se falou na integração das polícias", diz o secretário-executivo do Instituto São Paulo Contra a Violência. O crime não tem fronteiras e as informações compartilhadas entre as polícias, neste cenário, são de extrema importância. Um dos capítulos do Plano Nacional de Segurança Pública, lançado em 2000, prevê a criação de subsistemas inteligentes de segurança pública. Esses podem criar forças-tarefas distintas. André Dahmer trabalha em uma, a da área de inteligência. "Recebemos a incumbência de montar uma rede de inteligência policial e trabalhamos com crimes. São quatro Estados interligados: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo. Temos condições de repassar e receber informações de outras áreas de inteligência e das polícias de outros locais. É um subsistema e com ele nos comunicamos mais rapidamente. O que fazemos é tratar de crimes e criminosos e a nossa rede, formada por estas quatro localidades, trabalha exatamente neste sentido", detalha o delegado. Em outras palavras, isso significa que o marginal quando comete um delito em São Paulo, Minas Gerais ou outra região, pode ser encontrado com maior precisão. "É um processo aprender a trabalhar em conjunto, organizar-se para ter informações fidedignas e com qualidade", observa Dahmer.

As forças-tarefas têm a premissa do trabalho em conjunto. Parceria é palavra-chave. "Todos trabalham em um mesmo nível, cada um na sua área. Quando falo em força-tarefa da inteligência é porque periodicamente nos reunimos dentro de cada especialidade e trocamos informações para um fim comum, esse é nosso papel", ressalta o delegado.

No geral, as forças-tarefas podem ter recursos do governo federal para funcionarem. Têm possibilidade ainda, segundo André, de contar com o auxílio dos próprios Estados, mas devem ter um fim específico, não ser genéricas porque, caso contrário, se desvirtuam. Se elas agem em ações específicas respaldadas por objetivos claros, o Sistema Único de Segurança Pública, que também as prevêem, demanda mudanças muitas vezes ocorridas lentamente. Paulo de Mesquita explica: "A estruturação do SUSP é um processo amplo, porque você precisa ter convênios dos Estados alocados para várias áreas, treinamento, integração das forças (polícia militar, federal e guarda municipal dentro dos Estados). Um dos mecanismos para isso seriam os gabinetes de gestão integrada, que ainda não estão implantados, e a integração dos vários Estados na troca de informações."

Segundo Luis Flávio Saporì, secretário-adjunto de Defesa Social do Estado de Minas Gerais, a criação de uma força-tarefa para o combate ao crime organizado está sendo discutida entre os Estados e o governo federal, pois ainda é preciso decidir qual será o tipo de cooperação a ser estabelecida. "Minas Gerais propôs a criação de um gabinete de gestão integrada regional, nos moldes em que atuam os gabinetes estaduais, ou seja, um ambiente para a discussão das operações conjuntas. O objetivo principal é combater o crime organizado. A criminalidade não respeita fronteiras e nossas forças policiais são obrigadas a respeitá-las. Esse é o momento para superarmos os entraves burocráticos e integrarmos as inteligências de nossas forças policiais. Dessa forma será possível identificar as quadrilhas atuantes em mais de um Estado e impedi-las."

As dificuldades, portanto, não são poucas. “Em outras áreas como saúde e educação você tem um movimento social muito forte a favor da idéia de integração, a criação de um sistema nacional. Na área de segurança isso não ocorre. Passa até pelo reconhecimento da segurança como um direito do cidadão, a sociedade precisa cobrar do governo de uma forma mobilizada, organizada, mas você não tem isso na área de segurança pública e talvez esse fato faça a diferença. Sem contar a divisão da polícia civil e militar, que atrapalha. É muito importante o governo levar adiante este projeto. Você tem várias prioridades: a fome, o desemprego, mas o problema da criminalidade e da violência é uma questão crucial”, enfatiza Paulo de Mesquita. Os desafios impostos por este cenário são inúmeros, em contrapartida, o governo está implantando o que considera a principal mudança na relação entre as polícias instituída pelo SUSP. São os gabinetes de gestão integrada, com a missão de unir as polícias federais e estaduais em ações de investigação e combate ao crime organizado, seguindo o Plano Nacional de Segurança Pública. Estes gabinetes contam com a participação de várias vertentes, como o secretário estadual de Segurança Pública na coordenação, representantes do Poder Judiciário, Ministério Público, polícias federal, rodoviária, civil, militar e guardas municipais. Esse grupo tem a meta de definir, por consenso, ações focadas principalmente no combate ao crime organizado (tráfico de drogas e armas, contrabando, lavagem de dinheiro e pirataria).

Todas as ações e decisões dos gabinetes devem ser repassadas a um comitê gestor nacional, encarregado da elaboração de um banco de dados, instrumento indispensável conforme estabelecido pela Senasp para ações preventivas e de investigação. As experiências bem-sucedidas serão apresentadas a outros Estados, formando uma espécie de “manual de boas práticas”. Em novembro, o Ministério da Justiça instalou o gabinete de gestão integrada da segurança pública para a região Sudeste (GGI-Sudeste). A iniciativa pioneira contou com a adesão dos governos estaduais do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. A intenção é dar suporte aos Estados no combate ao crime organizado, agrupando trabalhos de inteligência, operações e informação, criando um banco de dados compartilhado pelas polícias. O governo federal entende que a experiência da gestão integrada na área de segurança pública é um passo decisivo para a construção de um Brasil mais seguro. O Ministério da Justiça também lançou mão de um software de georeferenciamento - o “terra crime” - desenvolvido pela Senasp, o programa mapeia áreas de incidência criminal.

A modernização da forma de coleta de dados sobre criminalidade no País, pela Senasp, por meio do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal (SNESP) desde novembro, é mais um passo para a política de uniformização das linguagens dos órgãos de segurança pública e desde janeiro é utilizada por delegacias da polícia civil e órgãos de segurança pública de Estados e municípios com mais de 100 mil habitantes.

O SUSP E SUA IMPLEMENTAÇÃO NOS ESTADOS - Luiz Fernando Delazari, secretário de Segurança Pública do Paraná, diz que o Estado ingressou no Sistema Único de Segurança Pública em setembro de 2003. Para ele, trata-se de um marco na história do combate ao crime organizado no Paraná e no Brasil. “Entre as ações, o Ministério da Justiça propõe a criação das academias integradas de polícia. Nelas, o delegado da polícia civil, o oficial da polícia militar e o perito criminal (quando couber) terão uma formação única, facilitando a atuação compartilhada. No Paraná estamos promovendo a integração dos trabalhos policiais. Prevê-se também a criação de delegacias integradas nas capitais e grandes cidades, com a participação de representantes de todos os órgãos ligados ao setor, para um combate efetivo à criminalidade”.

Em Curitiba, o secretário cita a existência de três centros integrados nos quais polícias militar e civil trabalham unidas. Segundo Delazari, as mudanças e benefícios que o SUSP traz são grandes. "Com ele, cria-se a gestão unificada da informação, na qual uma central recebe todas as demandas da área de segurança, tornando possível reduzir a criminalidade por meio de coleta de informações e prevenção do crime. Desenvolve-se também a gestão do sistema de segurança, uma forma de organização unificada para definir áreas integradas de segurança nos espaços físicos das cidades. Ao invés de ter várias delegacias espalhadas pelos Estados, a solução, de acordo com o Plano, é ter áreas geográficas definidas com estruturas abrigando perícias, polícia civil e militar. O Plano Nacional prevê ainda a realização de ações concretas para prevenir e reduzir a violência, até a polícia comunitária será utilizada nesse trabalho de prevenção. A criação de ouvidorias independentes e corregedorias unificadas é prevista, o objetivo é realizar o controle externo sobre a ação da segurança pública nos Estados."

O secretário-adjunto de Defesa Social do Estado de Minas Gerais afirma que Minas Gerais foi o primeiro a assinar o protocolo de adesão ao SUSP, em maio de 2003. O mesmo se materializou na criação do gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública (GISP-MG). "Tal gabinete tem por finalidade construir, de forma compartilhada, soluções a cargo do setor de segurança pública, integrando a avaliação, o planejamento, a organização, a elaboração e a execução de operações de prevenção, repressão e investigação de infrações penais, respeitadas as atribuições constitucionais e cada instituição policial."

De acordo com Luis Flávio Saporì, o SUSP representa uma proposta concreta do governo federal de uma política nacional de segurança pública sem desrespeitar as peculiaridades de cada Estado.

Se as mudanças trazem benefícios, muitas vezes expõem as dificuldades enfrentadas no combate ao crime. A falta de recursos humanos e de equipamentos para o trabalho policial nos diversos setores da segurança pública paranaense foi a principal dificuldade enfrentada no ano de 2003.

"Estamos trabalhando para suprir esse déficit. Uma das medidas adotadas recentemente foi a contratação de 1.370 policiais militares, que devem estar nas ruas nos próximos meses. Mesmo com a defasagem existente, a Secretaria de Segurança do Paraná realizou diversas ações para coibir a criminalidade em todo o Estado no ano passado, diversas blitzes foram deflagradas, a comunidade foi e está sendo ouvida por meio dos conselhos de segurança pública, criados em diversos municípios. O serviço telefônico 161 de combate ao tráfico de drogas foi uma excelente iniciativa que rendeu ótimos resultados, além do geoprocessamento, um sistema de combate ao crime organizado", explica Delazari.

Minas Gerais possui determinadas peculiaridades em relação ao crescimento da criminalidade comparativamente a outros Estados. Lá, de acordo com Luis Flávio Saporì, foi acentuado seu índice de crescimento após 1997, momento em que São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, por exemplo, haviam estabilizado e até diminuído a ocorrência de alguns crimes violentos. "Isso pode ser explicado, em grande parte, pela insuficiência de investimentos estatais na segurança pública na década de 90 e pelo arranjo institucional da mesma no Estado, que dificultava a articulação entre as organizações policiais. A consolidação e a entrada, a partir de 1997, do tráfico de crack em Belo Horizonte foi outro problema e nossos desafios no

combate a criminalidade são, portanto, a retomada dos investimentos em segurança pública bem como a consolidação do novo arranjo institucional, que propicia a articulação das ações dos órgãos do sistema de defesa social, especialmente as organizações policiais.”

**TECNOLOGIA DISPONIBILIZADA PELAS EMPRESAS PODE COLABORAR** - As empresas e a tecnologia desenvolvida por elas podem e muito colaborar na implementação das mudanças preconizadas pelo governo e Estados no combate à criminalidade e violência. Muitas cidades já têm se apropriado de equipamentos com a finalidade de prevenir e proteger, de uma forma coletiva, a população.

O diretor-geral da Dacala Segurança e Vigilância Ltda., de São Paulo, Lourival Gomes, compara o sistema de segurança pública existente hoje no País a uma torre de babel, que desenvolve operações isoladas, as quais, invariavelmente, têm provocado ao longo de décadas verdadeiras guerras entre as polícias. “A Dacala vê com bons olhos a iniciativa do governo, pois elas vêm ao encontro com um antigo sonho da população sofrida e mal atendida que clama por um sistema de segurança mais rápido, eficiente e confiável, com um comando único e ordenado.”

Fernando Tomasiello, diretor da GVI/Samsung, especializada em desenho, fabricação e projetos de sistemas de equipamentos de transmissão de vídeo e áudio sobre redes digitais de alta velocidade, explica que apesar da complexidade dos temas criminalidade e violência, em termos tecnológicos é muito simples a integração e o monitoramento para as diversas forças policiais, contribuindo para a agilidade em ações, tanto conjuntas como individualizadas. “Com certeza, é o caminho a ser seguido para uma significativa diminuição dos índices de violência e criminalidade.”

A empresa possui sistemas de monitoramento eletrônico que podem ser utilizados em áreas com maior índice de criminalidade, como por exemplo, periferia das cidades onde viaturas e poder público tenham seus raios de ação limitados. As características dos produtos Samsung como alta disponibilidade, capacidade, desempenho em tempo real, monitoramento local e compartilhado são apropriadas para aplicações das mais variadas como aeroportos, portos marítimos, estradas, ferrovias, sistema metroviário e vídeo vigilância em vias e locais públicos.

“São várias as formas que o setor de segurança eletrônica pode agregar e auxiliar o governo e Estados dentro do programa de implementação do Sistema Único de Segurança Pública. O melhor fator é a realidade de tecnologias mais acessíveis, de fácil operação e acesso nos mais diferentes níveis e localidades”, observa Tomasiello. Ademir Miranda, diretor-comercial da LG Security System, distribuidor LG para a área de segurança, aposta no monitoramento para grandes áreas como uma forma de proteger a população. A câmera digital Speed Dome, como é chamada, possibilita a identificação de pessoas e objetos com excelente visualização, definindo cores, placas, entre outros, e está sendo utilizada por prefeituras do interior e na cidade de São Paulo, em diversas ruas do centro.

O presidente nacional da Associação Brasileira de Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança (ABESE), Fabrício de Araújo Sacchi, acredita que todas as medidas, se efetivamente implementadas, dentro dos conceitos técnico e operacional, contribuem de forma positiva para a melhoria da segurança como um todo. “Um dos itens importantes é o aspecto da tecnologia. Uns cem números de sistemas eletrônicos permitem e irão permitir o governo monitorar presídios, aeroportos, como por exemplo sistemas modernos de biometria facial, que facilitam sobremaneira o controle de bandidos e até mesmo de pessoas quando da saída e entrada no País, empresas, etc.”,

cita.

Para Sacchi, o avanço tecnológico sempre ajudará o controle e prevenção da criminalidade. Segundo ele, são recursos que o Estado sempre poderá contar. "Eles geralmente são acessíveis e permitem uma prevenção às situações delituosas, facilitando a elaboração de um planejamento estratégico para uma ação repressiva e efetiva para esta finalidade", enfatiza.

Fernando Fisher, gerente da área de Security da Gradiente, acredita em uma ação conjunta e planejada e nos frutos positivos trazida por ela à questão da segurança. "A obtenção de dados fidedignos sobre casos de criminalidade ou violência é sem dúvida o primeiro passo para tomar ações não só repressivas, mas principalmente preventivas. Este foi o cerne do trabalho implementado pelo prefeito de Nova York, Rudolph Giuliani, que obteve resultados extremamente positivos e surpreendentemente rápidos em alguns casos", diz Fisher. Para ele, a tecnologia é fundamental nesse processo. "Temos equipamentos e know-how de serviços suficientes para monitorar eventos, captar, analisar dados e dar suporte a nossa força policial para tomar ações em locais que repetidamente os fatos ocorrem", opina.

Enfático, o gerente da Gradiente não considera que os indicadores de criminalidade decresçam em 2004 e explica: "primeiro, sabemos que ambos são inversamente proporcionais ao desenvolvimento econômico do País e sua capacidade de gerar empregos. Acredito no governo e em um 2004 melhor, mas não é em um ano que se conserta um país. Segundo, o Estado deve elaborar um plano nacional de segurança, como uma companhia aberta faz seu "business plan" de cinco anos, no qual são estipuladas as metas, como serão atingidas e os recursos necessários para implementá-las. Com este plano começaremos a entrar em uma espiral positiva de resultados, os quais devem culminar com o objetivo esperado neste período." Para Fernando, a segurança eletrônica é parte integrante no planejamento estratégico e cita como exemplo os clusters de segurança. "Temos ruas em São Paulo com câmeras em pontos estratégicos e monitores e equipamentos de gravação controladas por empresas de vigilância, que fiscalizam os alarmes nas casas, além de carros ou guardas que fazem a ronda e acompanham moradores quando da entrada e saída de suas residências. Se você conseguir integrar este cluster ao serviço, inteligência e monitoramento da polícia, estará não somente protegendo esta região como também redondezas, além de fornecer dados fidedignos ao Estado para que este tente agir preventivamente nos fatores que levam aquele local a sofrer algum tipo de violência." De acordo com as empresas aqui questionadas, o mercado brasileiro possui as alternativas necessárias para a implementação do Plano Nacional de Segurança. O mercado digital estará aquecido nos próximos anos, permitindo que empresas sérias do setor tragam novas tecnologias e equipamentos. "Podemos dar suporte a todas ações do governo e da iniciativa privada", conclui Fernando Fisher.

## Governo pretende cortar pela raiz o financiamento ao crime organizado

Casos de violência no País chocam diariamente os brasileiros. São assassinatos, assaltos e seqüestros que amedrontam a população. O governo vem trabalhando para mudar esse quadro. Para isso, o Ministério da Justiça pretende implantar, em todos os estados, o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). A idéia é atuar no combate à criminalidade e no fortalecimento das instituições.

Até hoje, oito estados já aderiram ao sistema: **Rio Grande do Sul**, Espírito Santo, **Rio** de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Alagoas, **Rio Grande do** Norte e Piauí. O governador de São Paulo, Geraldo Alckimin, assinou o protocolo de intenções para adesão na última sexta-feira.

Nesses estados que já aderirem ao Susp, serão criados comitês de **gestão integrada**. Cada comitê terá como coordenador o secretário estadual de Segurança Pública e representantes das polícias Federal, Rodoviária, Civil e guardas municipais. A intenção é contar, ainda, com a cooperação **do** Ministério Público e **do** Poder Judiciário. O comitê ficará responsável pela definição das ações de combate ao crime organizado (tráfico de drogas e de armas, contrabando, lavagem de dinheiro, pirataria) e das prioridades de investimentos federais na área de segurança pública no estado. As decisões **do** comitê estadual serão repassadas a uma representação nacional. Com isso, experiências bem-sucedidas de uma localidade poderão ser implantadas em outra.

O Sistema Único de Segurança Pública (Susp) tem seis áreas prioritárias: valorização das perícias para melhorar a investigação dos crimes; realizar ações concretas para prevenir e reduzir a violência nos estados; efetivar uma **gestão** unificada da informação, centralizando as demandas da área de segurança; formação e aperfeiçoamento de policiais por meio de academias integradas; e criação de ouvidorias independentes e corregedorias unificadas com o objetivo de realizar um controle externo sobre a ação de segurança pública nos estados. Outro ponto de destaque é a realização de uma **gestão do** sistema de segurança unificada para definir áreas integradas de segurança nos espaços físicos dos municípios. O Susp sugere, por exemplo, que em vez de várias delegacias espalhadas pelos estados, sejam definidas áreas geográficas com estruturas que abriguem perícia e polícias Civil e Militar.

No **Rio** de Janeiro, a violência apresenta contornos catastróficos para a comunidade. Estima-se que, por dia, sejam cometidos 16 assassinatos na cidade. Para auxiliar na repressão ao crime organizado no Estado, o governo federal organizou uma unidade de elite formada por 50 homens da Polícia Federal, que está realizando um trabalho de levantamento das ações **do** tráfico, como o contrabando de armas e a lavagem de dinheiro. A unidade está atuando no **Rio** desde o início de maio e, em agosto, será realizada uma avaliação dos trabalhos da equipe.

O desempenho dessa unidade será determinante para a criação da Força Nacional, que contará com 600 homens das polícias Federal, Civil e Militar e vai realizar serviços de inteligência. Segundo o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a idéia é criar uma espécie de FBI brasileiro. De acordo com ele, para combater o crime organizado “é preciso inteligência, informação e combate à lavagem de dinheiro. Mas, fundamentalmente, é preciso prevenção”.

Para reprimir o crime no **Rio** de Janeiro, o secretário nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, apresentou ao secretário de Segurança **do Rio**, Anthony Garotinho, uma proposta. A idéia é reservar um grupo de 600 policiais civis e 80 peritos para investigar casos recentes de homicídios dolosos no estado. Para isso, seria definida uma data e o grupo começaria os trabalhos a partir de então, explicou. A investigação dos outros crimes e os pedidos de laudo pericial existentes (120 mil) ficariam a cargo **do** restante da força, composta por 10 mil policiais civis. O secretário acredita que a medida pode ter um impacto de desaceleração da criminalidade e redução no número de homicídios dolosos. “A impunidade vai cair, as prisões serão feitas, os grupos **do** crime vão ser desarticulados”, afirmou, acrescentando que o problema da violência no Estado não se resolverá em curto prazo. “Nunca tivemos expectativa de produzir resultados em uma semana. Não há mágica no **Rio** de Janeiro”.

Na última quinta-feira, foi publicada **do** Diário Oficial da União uma lei que cria 3.090 cargos de nível superior na Polícia Federal e estrutura o Plano Especial de Cargos. A intenção **do** ministro da Justiça é destinar parte desses policiais para o **Rio** de Janeiro.

Cortar pela raiz o financiamento ao crime organizado também é outra meta **do** governo federal. O cadastro nacional de correntistas é uma das medidas preparadas para acelerar o processo de identificação **do** dinheiro ilícito no País, acredita o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Outra providência em estudo é a criação de áreas especializadas no Ministério Público Federal que cuidem, exclusivamente, de crimes ligados à lavagem de dinheiro. O ministro afirmou em audiência no Senado, realizada em abril, que até o final **do** ano o governo terá montado um sistema de combate à lavagem de dinheiro. Segundo ele, o projeto está sendo amadurecido no Ministério e

terá como base a ampliação dos poderes do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), do Ministério da Fazenda, que vai atuar em parceria com o Ministério da Justiça. (Fonte: Agência Brasil - ABr)